



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

## ANEXO

PROCESSO SEI Nº 23243.009707/2021-67

DOCUMENTO SEI Nº 1327130

### OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – IFRO CÂMPUS VILHENA

**Coordenação:** Profa. Dra. Aline Ramos Barbosa

**Vice-coordenação:** Prof. Dr. Juliano Fischer Naves

#### IDENTIFICAÇÃO:

Observatório de Políticas Públicas, com característica de integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão, sediado no IFRO – Câmpus Vilhena e vinculado ao Centro de Inovação e Tecnologia (CIT), ao Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (DEPESP) e ao Departamento de Extensão (DEPEX). Tem como objetivo de criar base de dados sobre políticas públicas no estado de Rondônia, unificar pesquisas acadêmicas do IFRO – Câmpus Vilhena, ensinar pela pesquisa o corpo discente envolvido e publicizar os dados de pesquisa levantados.

#### PESQUISADORES VINCULADOS:

**Aline Ramos Barbosa** – graduação em Ciências Sociais, doutorado em Ciências Sociais (Professora EBTT – IFRO)

**Daniel Estêvão Ramos de Miranda** – graduação em Ciências Sociais, doutorado em Ciência Política (Professor Ensino Superior – UFMS)

**Daniely Batista Alves** – graduação em Ciências Biológicas, mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (Professora EBTT – IFRO)

**Eder Carlos Cardoso Diniz** – graduação em História, mestrado em Educação (Professor EBTT – IFRO)

**Edilberto Fernandes Syrczyk** – graduação em Matemática, doutorado Educação em Ciências e Matemática (Professor EBTT – IFRO)

**Flávio de Almeida Andrade Lico** – graduação em Educação Física, mestrado em Educação Física (Professor EBTT – IFRO)

**Jaqueline Aida Ferrete** – graduação em Geografia, doutorado em Geografia (Professora EBTT – IFRO)

**Juliano Fischer Naves** – graduação em Ciência da Computação, doutorado em Ciência da Computação (Professor EBTT – IFRO)

**Moisés José Rosa Souza** – graduação em Letras, mestrado em Educação (Professor EBTT – IFRO)

**Paulo Severino da Silva** – graduação em Educação Física, mestrado em Educação Escolar (Professor EBTT – IFRO)

**Ricardo Agum Ribeiro** – graduação em Ciências Sociais, doutorado em Ciência Política (Professor EBTT – IFRO)

#### PARCERIAS:

Observatório de Segurança Pública – UNESP-FFC/Marília

Departamento de Ciências Sociais – UNIR (ainda em fase de negociação)

#### JUSTIFICATIVA

O Observatório de Políticas Públicas é um organismo de monitoramento das políticas públicas no estado de Rondônia. Vinculado ao Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (DEPESP) e ao Departamento de Extensão (DEPEX), encontra-se sediado no Câmpus Vilhena do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia e faz parte do Centro de Inovação Tecnológica (CIT) do IFRO – Câmpus Vilhena. Além do monitoramento das políticas públicas, num esforço em comunicação com a sociedade e mapeamento de suas necessidades, o observatório integra pesquisa, ensino e extensão, com foco em educar pela pesquisa (DEMO, 2015) e com publicização dos dados de pesquisa para que sejam acessíveis pela sociedade.

Os Observatórios de Políticas Públicas ou de políticas setoriais específicas – como Segurança Pública, Educação, Saúde etc. – têm sido bem avaliados como uma forma de extensão que auxilia na gestão pública e no monitoramento e controle das políticas públicas. Podemos citar as experiências de Laboratórios de

Políticas Públicas internacionais, como países Austrália, Canadá, Estados Unidos, França, Inglaterra, entre outros e, ainda, casos nacionais como Laboratório de Políticas Públicas (UERJ), Laboratório de Inovação em Políticas Públicas (FGV-RJ), Observatório de Políticas Públicas (UFLA), Observatório de Políticas Públicas (UFC), Observatório de Políticas Públicas (Unioeste) e Observatório de Segurança Pública (UNESP-Marília).

Segundo sua lei de criação (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008), no que concerne à “regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais” (BRASIL, 2008). Desta maneira, podemos destacar o que a Constituição Federal de 1988 indica sobre o assunto: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). Desta maneira, quando vinculados às instituições de ensino, os Observatórios são ótimas oportunidades para integrar o ensino, a pesquisa e a extensão, que faz parte do princípio da indissociabilidade entre o tripé das instituições públicas de ensino.

## **CARACTERIZAÇÃO DO LEVANTAMENTO DE DADOS**

O Observatório de Políticas Públicas de Vilhena pretende começar as suas atividades com levantamento de dados e realização de pesquisas – algumas já em andamento – sobre o município de Vilhena. Conforme o Observatório for amadurecendo e conseguindo mais financiamento e pesquisadores, o planejamento envolve levantar dados do Cone Sul de Rondônia e, futuramente, de outras regiões do estado[1].

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Câmpus Vilhena: O Município de Vilhena está localizado no território de identidade Cone Sul de Rondônia, composto pelas cidades de Pimenta Bueno, Espigão do Oeste, Chupinguaia, Colorado Do Oeste, Cabixi, Cerejeiras, Pimenteiras do Oeste, Corumbiara e Parecis (PONTOS DE CULTURA, 2007). Em 2010 foi constatado que nessa região encontra-se aproximadamente 13% da população do estado (204.895 habitantes), distribuídos por um total de 46.215,12km<sup>2</sup>, isso perfaz 4,43hab./km<sup>2</sup> (adaptado de IBGE, 2016). Segundo dados adaptados do mesmo autor o PIB de 2014 do Cone Sul é responsável por 14% das riquezas produzidas em Rondônia (cerca 4,77 bilhões). No cenário regional, a cidade de Vilhena assume uma posição de destaque, pois ocupa o terceiro lugar no ranking estadual, atrás apenas de Porto Velho e Ji-Paraná, com um PIB de R\$ 2.168.426,000 (6,4% do total estadual) (IFRO, 2017).

Desta maneira, o Observatório de Políticas Públicas atenderia cerca de 13% da população do estado, com a coleta, tratamento e divulgação de dados de pesquisa. Também, planeja-se oferecer cursos de formação – na modalidade FIC – para gestores e demais interessados nas áreas de atuação do Observatório. Tal iniciativa se pauta na necessidade permanente de formação de corpo técnico para execução de políticas públicas, que, normalmente, tem carência de pessoas especializadas, especialmente em interior dos estados do Brasil. O Observatório de Políticas Públicas, além de integrar ensino, pesquisa e extensão, também tem como proposta integrar os cursos de graduação e os cursos técnicos integrados ao ensino médio. Os cursos de graduação são Arquitetura e Urbanismo, Matemática e Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Desta maneira, as pesquisas podem ser focadas no município de Vilhena, especialmente, na parte urbana. E os dados podem ser trabalhados pela Matemática, por pesquisadores e discentes interessados na área de Estatística. Assim como o site e futuros aplicativos podem ser desenvolvidos pelos pesquisadores e discentes da Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Como o maior enfoque em educação nos Institutos Federais é no Ensino Médio, o corpo discente dos cursos de ensino médio integrados ao técnico também pode colaborar dentro de sua área de formação. Hoje o Câmpus Vilhena conta com Técnico em Edificações, Técnico em Eletromecânica e Técnico em Informática. Além das colaborações semelhantes às citadas acima para os cursos de graduação, é possível pensar a perspectiva de extensão na elaboração conjunta de construção civil e eletromecânica, com possibilidades de plantas e construções mais acessíveis à população vilhenense.

## **OBJETIVO GERAL**

Criação do Observatório de Políticas Públicas, para monitoramento de políticas públicas e publicização de dados de pesquisa sobre o assunto.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Integração entre ensino, pesquisa e extensão;
- Educar pela pesquisa;
- Levantar dados de pesquisa sobre Vilhena e, futuramente, sobre o estado de Rondônia;

- Disponibilizar dados de pesquisa e análises, compartilhados com a sociedade através de banco de dados e site específico;
- Integrar os cursos e pesquisas no Câmpus Vilhena.

## METODOLOGIA

O Observatório de Políticas Públicas é um núcleo de ensino, pesquisa e extensão vinculado ao Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (DEPESP) e ao Departamento de Extensão (DEPEX), sediado no Câmpus Vilhena e vinculado ao Centro de Inovação Tecnológica (CIT) do Câmpus Vilhena. Para efeitos de cadastro no CNPq, o Observatório de Políticas Públicas será registrado como Grupo de Pesquisa, assim que todos os procedimentos internos ao IFRO forem cumpridos.

Desta forma, o Observatório terá reuniões periódicas, alinhamento de pesquisas, cursos internos de formação de pesquisadores e seminários internos de apresentação de relatórios e demais textos acadêmicos pertinentes. Em relação à extensão, o Observatório contará com site, com banco de dados e demais textos pertinentes sobre o tema, assim como deixará disponível os resultados das pesquisas realizadas vinculadas ao Observatório, como Trabalhos de Conclusão de Cursos, relatórios acadêmicos, papers apresentados em eventos científicos, artigos publicados em revistas científicas. Também serão disponibilizados materiais audiovisuais produzidos relacionados com o Observatório. Neste sentido, comporá uma grande plataforma de transparência de dados, tanto públicos, como de pesquisa.

As pesquisas serão realizadas nas mais diferentes áreas, de acordo com as áreas de pesquisa dos pesquisadores envolvidos, os financiamentos de pesquisa e as possíveis demandas externas que cheguem até o Observatório de Políticas Públicas.

## REFERÊNCIAS:

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei N° 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm)>. Acesso em: 30.07.2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 30.07.2021.

CHRISPINO, Alvaro. **Introdução aos estudos de políticas públicas**: uma visão interdisciplinar e contextualizada. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA. **Resolução N° 12/REIT - CEPEX/IFRO, de 20 de abril de 2017**. Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Câmpus Vilhena.

LIMA, Luciana Leite; SCHABBACH, Letícia Maria (Orgs.). **Políticas públicas**: questões teórico-metodológicas emergentes. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2020.

---

[1] Existe a possibilidade de parceria com a Universidade Federal de Rondônia – UNIR, com o Departamento de Ciências Sociais. Caso a parceria seja efetivada, a UNIR faria o levantamento de dados de Porto Velho e Guajará-Mirim. Sendo assim, teríamos duas instituições de ensino, pesquisa e extensão envolvidas no mapeamento das políticas públicas e juntando esforços para realização de cursos de formação de pesquisadores internos ao Observatório de Políticas Públicas, bem como oferta de cursos à comunidade.



Documento assinado eletronicamente por **Aline Ramos Barbosa, Chefe de Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação**, em 30/07/2021, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Fischer Naves, Chefe de Departamento de Extensão**, em 03/08/2021, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?)



[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](#), informando o código verificador **1327130** e o código CRC **18911B0E**.

---

Referência: Processo nº 23243.009707/2021-67

SEI nº 1327130